

COLEÇÃO

tudo ✓  
em ORDEM

2ª FASE

PRÁTICA TRABALHISTA

Thiago Leal

Juliana Monteiro

Lenara Giron

Mariângela Milhoranza



# SUMÁRIO

<b>Parte I – Matérias da FGV</b>	<b>7</b>
Capítulo 1 – Introdução	9
Capítulo 2 – Da Relação de Emprego: o empregado, o empregador e o contrato individual de trabalho	11
2.1 – Conceito de Empregado	11
2.2 – Conceito de Empregador	12
2.3 – Contrato Individual de Trabalho	12
2.4 – Da Relação de Trabalho	13
Capítulo 3 – Das Estabilidades	14
3.1 –Estabilidade Gestacional	15
3.2 –Estabilidade Acidentária	16
3.3 –Estabilidade Sindical	18
3.4– Estabilidade do membro eleito da CIPA	19
3.5 – Outros tipos de estabilidades	21
Capítulo 4 – Do Meio Ambiente do Trabalho	23
4.1 – Penosidade	23
4.2 – Da Insalubridade	24
4.3 – Da Periculosidade	26
Capítulo 5 – Da Jornada de Trabalho	28
5.1– Do tempo à disposição do empregador	28
5.2– Jornada padrão: jornada diária e jornada semanal	29
5.3– Jornada por turnos ininterruptos de revezamento	30
5.4– Horas Extraordinárias	31
5.5– Intervalos Intrajornada e Interjornada	33
5.6– Do trabalho noturno	34
5.7– Do repouso semanal remunerado	35
5.8– Da prontidão e do sobreaviso	36

5.9– Do trabalho em regime de tempo parcial	37
5.10– Da jornada 12x36	39
5.11– Do teletrabalho	40
Capítulo 6 – Da Rescisão Contratual	42
6.1– Morte do Empregado e Fim da Atividade Empresária	42
6.2– Pedido de Demissão e Demissão Imotivada	44
6.3– Justa Causa	45
6.4– Rescisão Indireta do Contrato de Trabalho	49
6.5– Culpa Recíproca	52
6.6– Distrato	53
6.7– Verbas Rescisórias	53
Capítulo 7 – Questões Comentadas	60
<b>Parte II – Petição Inicial</b>	<b>101</b>
Capítulo 1 – Reclamação Trabalhista	103
Capítulo 2 – Ação de Consignação em Pagamento	131
Capítulo 3 – Ação de Inquérito Para Apuração de Falta Grave	140
<b>Parte III – Contestação</b>	<b>151</b>
<b>Parte IV – Recursos</b>	<b>183</b>
Capítulo 1 – Teoria Geral dos Recursos Trabalhistas	185
Capítulo 2 – Recurso Ordinário	190
Capítulo 3 - Recurso de Revista	202
Capítulo 4 - Agravo de Instrumento	209
Capítulo 5 - Embargos de Declaração	215
Capítulo 6 - Embargos ao TST	217
<b>Parte V – Execução Trabalhista</b>	<b>221</b>
Capítulo 1 – Execução Trabalhista	223

No contexto do quanto narrado, é evidente que a empresa reclamada não terá como se defender quanto ao mérito do pedido autoral, uma vez que o empregado apontado como paradigma não fora corretamente apontado, sendo inviável a verificação se o mesmo preencheria ou não os requisitos do **art. 461 da CLT** para que fosse deferida a equiparação salarial.

Assim, tendo em vista que existe vício na petição inicial, que carece de informações essenciais para o provimento do pleito de equiparação salarial, a mesma não tem condições de atingir os objetivos pretendidos pelo obreiro, o que importa dizer que a mesma é inepta. Assim, a preliminar a ser suscitada no presente caso, seria a preliminar de **inépcia do pedido**, na forma do **art. 330, § 1º, do CPC**, uma vez que tal situação atrapalha o direito de defesa do reclamado, violando seu direito constitucionalmente garantido à ampla defesa e ao contraditório.

Quanto ao item "b", sua resposta se encontra basicamente no próprio enunciado, uma vez que a visita às páginas da rede social da testemunha do obreiro demonstra a intimidade existente entre eles, tornando-a suspeita para depor.

Considerando, assim, que a única testemunha do Reclamante é amiga íntima do mesmo, tal situação se adequa àquela prevista no **art. 829 da CLT**, devendo a mesma ser ouvida apenas como informante. Nesse cenário, deveria o candidato responder que deverá haver a contradita da testemunha para demonstrar a amizade íntima havida entre ela e o obreiro, de forma a tentar inviabilizar o seu testemunho.

Lado outro, a terceira questão do exame sob análise demonstra muito a linha de matérias cobradas pela banca examinadora, senão vejamos:

### PEÇA PROFISSIONAL

#### XXV EXAME DE ORDEM UNIFICADO – PORTO ALEGRE – DIREITO DO TRABALHO

##### QUESTÃO 03

###### *Enunciado*

Na CIPA existente em uma sociedade empresária, o empregado João da Silva foi indicado pelo empregador, e o empregado Antônio Mota, eleito pelos empregados da empresa. Ambos tomaram posse e logo em seguida foram dispensados pelo empregador. Em razão disso, ajuizaram reclamação trabalhista plúrima com pedido comum de reintegração.

Diante do caso apresentado, como advogado(a) da sociedade empresária, de acordo com a Lei e o entendimento consolidado do TST, responda aos itens a seguir.

**A) Que tese poderia ser articulada em relação à situação retratada para a defesa do seu constituinte? (Valor: 0,65)**

**B) Analise a viabilidade do litisconsórcio ativo entre João da Silva e Antônio Mota, declinando os requisitos legais para que isso aconteça na Justiça do Trabalho. (Valor: 0,60)**



## CAIU NA PROVA

### QUESTÃO 02) EXAME XXV – FGV.

Você foi contratado(a) pela Floricultura Flores Belas Ltda., que recebeu citação de uma reclamação trabalhista com pedido certo, determinado e com indicação do valor, movida em 27/02/2018 pela ex-empregada Estela, que tramita perante o juízo da 50ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB e recebeu o número 98.765.

Estela foi floricultora na empresa em questão de 25/10/2012 a 29/12/2017 e ganhava mensalmente o valor correspondente a dois salários mínimos. Na demanda, requereu os seguintes itens: - a aplicação da penalidade criminal cominada no Art. 49 da CLT contra os sócios da ré, uma vez que eles haviam cometido a infração prevista na referido diploma legal; - o pagamento de adicional de penosidade, na razão de 30% sobre o salário-base, porque, no exercício da sua atividade, era constantemente furada pelos espinhos das flores que manipulava; - o pagamento de horas extras com adição de 50%, explicando que cumpria a extensa jornada de segunda a sexta-feira, das 10h às 20h, com intervalo de duas horas para refeição, e aos sábados, das 16h às 20h, sem intervalo; - o pagamento da multa do Art. 477, § 8º, da CLT, porque o valor das verbas resilitórias somente foi creditado na sua conta 20 dias após a comunicação do aviso prévio, concedido na forma indenizada, extrapolando o prazo legal.

Afirmou, ainda, que foi obrigada a aderir ao desconto para o plano de saúde, tendo assinado na admissão, contra a sua vontade, um documento autorizando a subtração mensal. A sociedade empresária informou que, assim que foi cientificada do aviso prévio, Estela teve uma reação violenta, gritando e dizendo-se injustiçada com a atitude do empregador. A situação chegou a tal ponto que a segurança terceirizada precisou ser chamada para conter a trabalhadora e acompanhá-la até a porta de saída. Contudo, quando deixava o portão principal, Estela começou a correr, pegou uma pedra do chão e a arremessou violentamente contra o prédio da empresa, vindo a quebrar uma das vidraças.

A empresa informa que gastou R\$ 300,00 na recolocação do vidro atingido, conforme nota fiscal que exibiu, além de apresentar a guia da RAIS comprovando possuir 7 empregados, os contracheques da autora e o documento assinado pela empregada autorizando o desconto de plano de saúde. Diante dessa narrativa, apresente a peça pertinente na melhor defesa dos interesses da reclamada. (Valor: 5,00) Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

**Obs:** Tente fazer o esqueleto e a peça utilizando os modelos padrões ensinados acima após corrija com o gabarito.

*A melhor forma de estudar para a OAB é o treino.*